

Tendências da Contabilidade Contemporânea 3

Jorge Soistak
(Organizador)

11126.98

2535
878 +134.09 +2.4%

2118.04
+135.08 +2.3%



MARKET :428

Atena
Editora
Ano 2019

7239
572

Jorge Soistak
(Organizador)

Tendências da Contabilidade Contemporânea

3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof^a Dr^a Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
T291	Tendências da contabilidade contemporânea 3 [recurso eletrônico] / Organizador Jorge Soistak. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Tendências da Contabilidade Contemporânea; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-361-3 DOI 10.22533/at.ed.613192705 1. Empresas. 2. Contabilidade – Pesquisa – Brasil. I. Soistak, Jorge. II. Série. CDD 657
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A missão da Contabilidade visa preparar profissionais com capacidade de atuar nas mais diversas formas de gestão e geração de informações Contábeis para tomada de decisões empresariais. O profissional da contabilidade deve ser preparado para a constante evolução do mundo empresarial moderno e globalizado.

Portanto, nos tempos atuais, o profissional da Contabilidade tem forte participação na gestão empresarial, devido a grande exigência dos clientes, forte competição entre *players*, necessidade de criatividade inovativa, pressão por parte dos sócios e acionistas por maiores resultados e melhor rentabilidade.

Essa realidade faz com que a Contabilidade deixe de atuar como um simples departamento que gera informações para os usuários internos e ultrapasse as fronteiras da empresa, com atuação estratégica, no desenvolvimento dos produtos, na análise dos mercados concorrentes, no desenvolvimento de novos mercados, tudo isso com objetivo e a necessidade de gerar mais valor para as organizações.

A estratégia de geração de valor dá-se de diversas formas, no auxílio a tomada de decisões em novos projetos, auditoria de processos para segurança e mitigação de riscos, geração de orçamento, desenvolvimento de planejamento estratégico, análise estratégica, formação de mark-up competitivo, *custeio kaizen*, *target costing*, visão de atuação global, utilização de inteligência artificial, entre outros, pois assim contribui para que a organização torne-se cada vez mais competitiva e sustentável no mercado em que atua.

Professor Jorge Soistak
Contador e Administrador
CRC-PR 04.793.9/O-6

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ABORDAGENS ACERCA DO CPC 27 - UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	
Thiago de Oliveira Meireles Iane Rodrigues de Carvalho Moura Bruno Marques da Silva Eduardo Andrade Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.6131927051	
CAPÍTULO 2	19
BENEFÍCIOS A EMPREGADOS: ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DIVULGADAS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS LISTADAS NA B3	
Silvana Dalmutt Kruger Matheus Knorst Furlan Franciele Pastre Juliana Fabris	
DOI 10.22533/at.ed.6131927052	
CAPÍTULO 3	36
INFORMAÇÃO E CONTROLE DE CUSTOS AMBIENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ENFOQUE NA INOVAÇÃO ABERTA	
Valério Vitor Bonelli Paulo Roberto Alves	
DOI 10.22533/at.ed.6131927053	
CAPÍTULO 4	54
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DA COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (GRUPO PÃO DE AÇÚCAR)	
John de Moraes Mota Nilton dos Santos Portugal Glacivaldo Pedro Marques Dimas Almeida dos Reis Lucas Pessi Martins	
DOI 10.22533/at.ed.6131927054	
CAPÍTULO 5	73
NORMAS INTERNACIONAIS DE EDUCAÇÃO CONTÁBIL PROPOSTAS PELO <i>INTERNATIONAL ACCOUNTING EDUCATION STANDARDS BOARD</i>	
Fellipe André Jacomossi Vânia Tanira Biavatti	
DOI 10.22533/at.ed.6131927055	
CAPÍTULO 6	101
O CUSTO DA MOROSIDADE NO PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	
Daniele da Rocha Carvalho Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira Jéssica Moura de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.6131927056	

CAPÍTULO 7	118
O CUSTO DO FINANCIAMENTO DA DÍVIDA É INFLUENCIADO PELA INDEPENDÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO?	
Angela Paula Muchinski Bonetti	
Geovanne Dias de Moura	
Sady Mazzioni	
Cristian Baú Dal Magro	
Silvio Aparecido Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.6131927057	
CAPÍTULO 8	136
O PLANO ORÇAMENTÁRIO CORPORATIVO E O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (PRJ): UMA LEITURA DE CAMPO	
Francisco Isidro Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.6131927058	
CAPÍTULO 9	155
PROPOSTA DE MODELO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS PARA AUTORIDADES PORTUÁRIAS: O CASO DO PORTO DE VITÓRIA	
Erivelto Fioresi de Sousa	
Francisco José Kliemann Neto	
Rafael Fontoura Andriotti	
Rodrigo Rech Campagnolo	
DOI 10.22533/at.ed.6131927059	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	174

ABORDAGENS ACERCA DO CPC 27 - UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Thiago de Oliveira Meireles

Universidade Federal do Piauí - UFPI
Teresina - PI

Iane Rodrigues de Carvalho Moura

Universidade Federal do Piauí - UFPI
Teresina - PI

Bruno Marques da Silva

Universidade Federal do Piauí - UFPI
Teresina - PI

Eduardo Andrade Ribeiro

Universidade Federal do Piauí - UFPI
Teresina - PI

RESUMO: A Globalização trouxe consigo inúmeros reflexos na economia mundial e na realidade das organizações. E em meio a esse processo a contabilidade precisou unificar em uma linguagem única suas normas e regras, e foi através das Normas Contábeis Internacionais- IFRS – *Internacional Financial Reporting Standards* isso passou a ser possível. Incluído nesse contexto, está a emissão Pronunciamento técnico CPC 27 que trata do ativo imobilizado, Instrumento normativo emitido pelo comitê de pronunciamentos contábeis que corresponde a IAS 16 e veio para evidenciar e orientar as empresas no tratamento contábil dos bens que compõe o ativo imobilizado. Nesta perspectiva, objetiva-se neste estudo

analisar quantitativamente e qualitativamente o conteúdo dos estudos produzidos no Brasil afim de entender e mapear as principais problemáticas encontradas pelos profissionais contábeis em relação ao CPC27. Realizou-se uma revisão sistemática da literatura cujas informações publicadas nos anos de 2007 a 2017 acerca do CPC 27 ou Ativo imobilizado são comparadas e sintetizadas. Este estudo possibilitou identificar, em forma de síntese das informações disponíveis, os principais questionamentos dos profissionais contábeis quanto ao Ativo Imobilizado e ao CPC27. Apesar do pequeno numero de artigos divulgados nas principais bases de dados e revistas nacionais, os resultados obtidos nas pesquisas realizadas contribuem, sobremaneira, com o avanço do conhecimento científico e como incentivo para a realização de novas pesquisas.

PALAVRAS-CHAVE: Ativo Imobilizado, Pronunciamento Contábil CPC 27, Contabilidade.

ABSTRACT: Globalization has brought with it countless reflections in the world economy and in the reality of organizations. And in the midst of this process accounting needed to unify in a single language its norms and rules, and it was through International Accounting Standards - IFRS - International Financial Reporting Standards that this became possible.

Included in this context is the Technical Pronouncement CPC 27, which deals with fixed assets, a normative instrument issued by the accounting pronouncements committee that corresponds to IAS 16 and came to evidence and guide companies in the accounting treatment of assets that make up fixed assets. In this perspective, the objective is to analyze quantitatively and qualitatively the content of the studies produced in Brazil in order to understand and map the main problems encountered by accounting professionals. A systematic review was carried out of the literature whose information published in the years 2007 to 2017 on CPC 27 or Fixed Assets are compared and synthesized. This study made it possible to identify, in the form of a summary of available information, the main questions of accounting professionals regarding Fixed Assets and CPC27. In spite of the small number of articles published in the main national databases and journals, the results obtained in the research carried out contribute greatly to the advancement of scientific knowledge and as an incentive for new research.

KEYWORDS: Fixed Assets, Accounting Pronouncement CPC 27, Accounting.

1 | INTRODUÇÃO

A Globalização trouxe consigo inúmeros reflexos na economia mundial e na realidade das organizações. E em meio a esse processo a contabilidade precisou unificar em uma linguagem única suas normas e regras, e foi através das Normas Contábeis Internacionais- IFRS – *Internacional Financial Reporting Standards* isso passou a ser possível. Para coordenar essa convergência das normas contábeis no Brasil, institui-se em 2005 pela resolução nº 1.005, o comitê de pronunciamentos contábeis – CPC.

Esse movimento de convergência contábil ganha forças no país com a alteração da Lei das sociedades por ações nº 6.404/76 que se concretizou com a aprovação da lei nº 11.638 em dezembro de 2007. A partir de então o Comitê de pronunciamentos contábeis passa a estudar, preparar e emitir os CPCs, que consistem em pronunciamentos técnicos nos quais contem os métodos contábeis em correlação com as normas internacionais de contabilidade (BURIGO,2013).

Incluído nesse contexto, está a emissão Pronunciamento técnico CPC 27 que trata do ativo imobilizado, Instrumento normativo emitido pelo comitê de pronunciamentos contábeis que corresponde a IAS 16 e veio para evidenciar e orientar as empresas no tratamento contábil dos bens que compõe o ativo imobilizado.

A partir da criação deste CPC, espera-se que o reconhecimento das exigências do novo pronunciamento, afetem diretamente os profissionais da área contábil, visto que é necessária a reformulação dos conceitos já conhecidos, adaptação dos mesmos e disposição para compreensão da nova linguagem para atender os padrões exigidos.

Considerando o ambiente globalizado que estamos inseridos,o presente estudo busca responder: qual o conhecimento científico já produzido em artigos nacionais entre

2007 e 2017 sobre o CPC 27? Nesta perspectiva, objetiva-se analisar quantitativamente e qualitativamente o conteúdo dos estudos produzidos no Brasil afim de entender e mapear as principais problemáticas encontradas pelos profissionais contábeis.

Além disso, a partir do enfoque apresentado, este estudo será capaz de motivar pesquisas e poderá contribuir também com as instituições de ensino superior no sentido de possibilitar o desenvolvimento de estudos acerca do CPC 27 por parte do seu alunado e corpo docente.

2 | REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Histórico – Harmonização contábil

A Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Com o passar do tempo, o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas. (MARION, 2009)

Com a chegada da globalização diminuindo distâncias e facilitando a troca de informações a contabilidade também passa a ser afetada por esta aproximação entre os países. A linguagem contábil não é homogênea, e apenas após inúmeros esforços passa a ser possível formar-se a contabilidade internacional, que surgiu para harmonizar e unificar os relatórios financeiros elaborados dentro do contexto econômico individual de cada país.

Realizando uma harmonização entre os países tornaria a linguagem contábil universal, favorecendo uma maior comunicação e um maior fluxo de troca de informações através dos relatórios contábeis.

No mercado financeiro, se usuários internos e externos de todas as empresas pudessem se basear no mesmo arcabouço de princípios e normas contábeis. Essa ideia é consenso entre a maioria dos profissionais e pensadores da contabilidade, que também são bastante enfáticos ao afirmar que o que se deseja é harmonizar e convergir ao máximo possível as normas de contabilidade, aproximando-se de um padrão unificado, mas tendo a consciência de que se chegar a um padrão “único” é praticamente impossível, tendo em vista os vários interesses e opiniões divergentes existentes (MARTINS, 2007)

As demonstrações contábeis são documentos que sempre serão requisitados pelos investidores, segundo Niyama (2008), pois apresentam como objetivo quantificar a conveniência e a oportunidade de finalizar grandes negócios. Com isso, as empresas acabaram ultrapassando fronteiras, deixando desta maneira de ser de utilização doméstica para se tornar instrumento de decisão a um panorama mundial.

Neste aspecto de muita relevância, entendemos que é necessário que todas as empresas aos poucos efetuem sua conversão junto com toda a nação, para que

juntos mudem a economia e facilitem as negociações interpaíses. Principalmente por ser diferenciada a forma contábil de cada localidade, dificultando o crescimento de muitos outros países. Deve se considerar a aplicação total das normas, e não por algumas normas específicas, levando sempre em consideração a relação que todos conhecemos bem que é a relação custo X benefício.

2.2 Ativo Imobilizado

A convergência da contabilidade Brasileira às normas internacionais resultou em diversas alterações no reconhecimento dos elementos patrimoniais e de resultados das empresas. Neste estudo, o foco de análise são as mudanças propostas no CPC 27, relacionadas ao tratamento contábil do imobilizado. Mas antes disso a conceituação apresentada no item IV do art. 179 da Lei 6.404/76 definia de uma maneira diferente o Ativo Imobilizado, temos a figura do Imobilizado o qual encontrava-se inserido no Ativo Permanente (que, inicialmente, era dividido em Investimentos, Imobilizado, e Diferido), porém, este deixou de existir, por meio nova redação imposta pela Lei 11.638/07, vejamos:

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo: IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a companhia os benefícios, riscos e controle desses bens; (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

Em consonância à Lei 11.638/07, o CPC 27 define que o “Ativo imobilizado é o item tangível que: (a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e (b) se espera utilizar por mais de um período”. (CPC 27, 2009, p. 3).

Como principais mudanças advindas com o CPC 27 citam-se: a obrigação de reconhecer um valor residual ao custo do ativo, a fim de estabelecer o valor depreciável do bem; e depreciá-lo pelo seu prazo de vida útil. Essa depreciação deve ser reconhecida no resultado por um dos três métodos estabelecidos no CPC 27, sendo eles, o método linear, decrescente ou pelas unidades produzidas. Além disso, tornou obrigatório o impairment para os ativos em uso, que, mesmo sendo estabelecido pelo CPC 01, afeta diretamente o valor dos ativos imobilizados. (CUNHA ET AL;2011)

Por sua vez, a principal mudança inserida pela ICPC 10 foi a aplicação do deemed cost, que prevê o ajuste dos ativos imobilizados ao seu valor justo no exercício de 2010, além de determinar a vida útil e o valor residual desses ativos. (CUNHA ET AL;2011)

3 | METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta seção apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para o

enquadramento do estudo, e para o processo de seleção e análise dos resultados.

3.1 Enquadramento Metodológico

No campo da pesquisa científica, constata-se que diversas são as linhas existentes, bem como os resultados delas decorrentes. A forma de organização, investigação e análise dependem do quadro de referência adotado pelos pesquisadores, bem como da questão que orienta o trabalho. Assim, a definição do arcabouço metodológico a adotar constitui-se numa questão-chave, pois ele comporá o pano de fundo que norteará toda a pesquisa.

As revisões sistemáticas apesar de inicialmente serem desenvolvidas para as ciências médicas, a fim de produzir um resumo científico, transparente e baseado em evidências atualmente tem sido expandidas para as ciências administrativas, elas surgem para suprir esta necessidade nas diversas áreas, proporcionando resumos abrangentes e não tendenciosos sobre os mais variados tipos de pesquisas em um único estudo. (MARR & MOUSTAGHFIR, 2005)

O estudo de revisão sistemática da literatura, é adequado para buscar consenso sobre alguma temática específica e sintetizar o conhecimento de uma dada área por meio da formulação de uma pergunta, identificação, seleção e avaliação crítica de estudos científicos contidos em bases de dados eletrônicas. A partir desse processo, ela permite, além de aprofundar o conhecimento sobre a temática investigada, apontar lacunas que precisam ser preenchidas por meio da realização de novas investigações. (LOPES & FRACOLLI, 2008)

Entretanto o planejamento de uma Revisão Sistemática deve ser cuidadoso e criterioso a fim de assegurar a validade de seus resultados e conseqüentemente a qualidade do estudo, uma vez que a mesma fornece subsídios para fundamentar uma opinião acerca do tema pesquisado.

Desta forma a pergunta de pesquisa foi: : qual o conhecimento científico já produzido em artigos nacionais entre 2007 e 2017 sobre o CPC 27? A busca de artigos foi realizada nas bases eletrônicas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Periódicos.Capes/MEC*, por meio das palavras-chaves selecionadas: CPC 27 e ativo imobilizado.

Outra estratégia utilizada foi a busca nas revistas *Contabilidade Vista & Revista*, *Revista Contabilidade & Finanças*, *Revista Brasileira de Gestão de Negócios – RBGN*, *Revista Universo Contábil*, todas de enquadradas em estratos indicativos da qualidade – A2, o mais elevado dentre as revistas encontradas.

3.2 Procedimento para Seleção dos Dados da Pesquisa

Para a seleção dos artigos, inicialmente foi realizada a triagem dos títulos relacionados ao tema em questão. Essa seleção foi baseada nos títulos que abordassem como ideia principal qualquer tema relacionado ao CPC 27 ou Ativo imobilizado. Foram inclusos artigos científicos nacionais (português), publicados entre

janeiro de 2007 a novembro de 2017 referentes ao CPC 27 com disponibilidade de texto completo livre e que tinham o ativo imobilizado como centro do estudo. Ao final da busca, foram excluídos os títulos que fugiam a temática pesquisada, assim como os títulos repetidos, já que esta pesquisa foi realizada em diversas bases de dados e por fim os títulos que não foram publicados no intervalo de tempo procurado ou em idiomas diferentes. Em seguida, foi realizada a leitura detalhada dos resumos dos artigos, a fim de confirmar se realmente aqueles títulos estão abordando a temática escolhida. Excluídos os resumos que não versavam sobre a proposta apresentada, os textos completos foram avaliados e os que não se enquadravam nos critérios de exclusão foram inclusos como resultado final da busca.

Foi realizada a análise de conteúdo dos estudos encontrados e os dados foram agrupados de forma qualitativa e quantitativa e apresentados na forma de tabela com a descrição das seguintes características: autor e ano do estudo, data da publicação, base onde foi encontrada, objetivos do estudo, resultados e conclusões.

4 | RESULTADOS

No período estudado, foram encontrados 227 estudos, sendo selecionados oito artigos que se enquadram nos critérios para inclusão e exclusão deste estudo, os quais se encontram divididos com base nas palavras chave, no Quadro 1.

Base de dados	Palavra Chave	Numero de estudos encontrados	Número de estudos aproveitados após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão
<i>Scientific Electronic Library Online (SciELO)</i>	CPC 27	3	0
	Ativo Imobilizado	4	0
<i>Periódicos.Capes/MEC</i>	CPC 27	77	3
	Ativo Imobilizado	54	2
<i>Contabilidade Vista & Revista</i>	CPC 27	3	0
	Ativo Imobilizado	3	0
<i>Revista Contabilidade & Finanças</i>	CPC 27	36	0
	Ativo Imobilizado	32	1
<i>Revista Brasileira de Gestão de Negócios – RBGN</i>	CPC 27	2	0
	Ativo Imobilizado	0	0
<i>Revista Universo Contábil</i>	CPC 27	10	0
	Ativo Imobilizado	3	2
TOTAL		227	8

Tabela 1: Classificação dos artigos encontrados divididos por palavra chave com base em Março de 2018

Com relação ao periódico de publicação, destacou-se a base de dados *Periódicos Capes* com a publicação de mais de cem artigos referentes à temática sendo cinco incluídos neste estudo. Salieta-se que os outros três artigos da amostra constituída são oriundos de revistas voltadas a produção científica relevante em Contabilidade, que abrangem publicações das diversas áreas contábeis, são elas a *Revista Contabilidade & Finanças* e a *Revista Universo Contábil*.

Dos 227 artigos potencialmente relevantes, 216 não tinham o CPC 27 ou o Ativo imobilizado como centro dos questionamentos, os 11 artigos restantes passaram por aprovação metodológica entretanto 2 artigos não tinham texto completo online e 1 artigo estava duplicado, restando 8 artigos para análise, como observado no fluxograma abaixo.

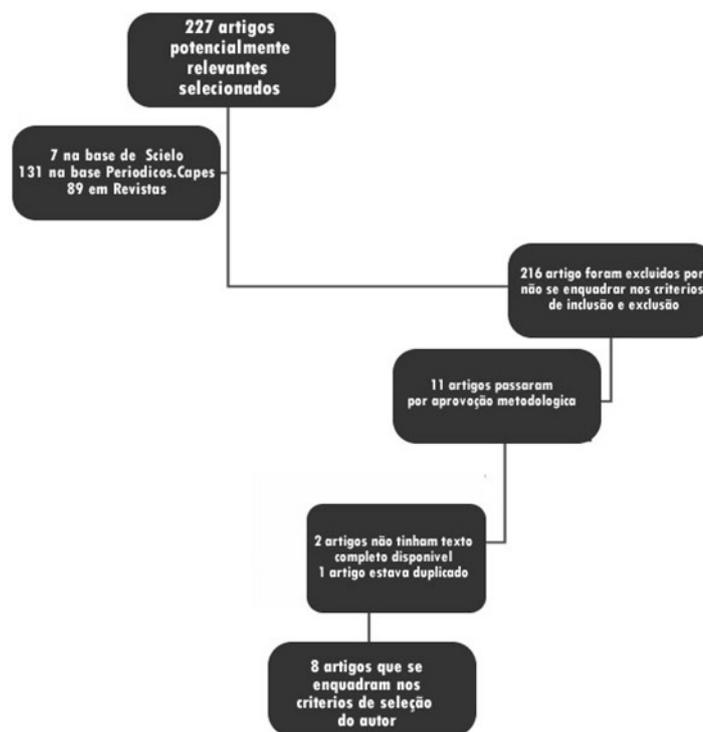


Figura 1: Fluxograma dos artigos encontrados

Para facilitar a análise dos 8 artigos e apresentação dos resultados, elaborou-se a Tabela 2 com dados sobre o Título do estudo, Autor, data de publicação, metodologia utilizada, resultados e conclusões de cada estudo, vejamos a seguir:

Título Autor Data da publicação	Objetivos	Metodologia	Resultados	Conclusões
<p>Artigo 1: Conformidade dos softwares de controle patrimonial aos preceitos do CPC 27 e ICPC 10</p> <p>Prof. Dr. Paulo Roberto da Cunha (FURB – SC/Brasil)</p> <p>Publicado: 06/2014</p> <p><i>Periódicos.Capes/MEC</i> GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas,</p>	<p>Verificar se os softwares de controle patrimonial atendem aos preceitos do CPC 27 e da ICPC 10.</p>	<p>Pesquisa, de natureza descritiva com abordagem qualitativa, foi realizada por meio de um estudo multicaso, a coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com o responsável pelo desenvolvimento</p>	<p>De modo geral, é possível considerar que o atendimento aos quesitos do CPC 27 e da ICPC 10 é satisfatório, já que as três empresas entrevistadas apontaram que a adequação aos quadrantes analisados oscila entre o mínimo de 82% e o máximo de 89%. o quadrante 4, que trata da depreciação, foi o que apresentou maior divergência entre as empresas entrevistadas. Por outro lado, o quadrante 5, <i>impairment</i>, e o quadrante 9, adoção inicial, obtiveram pontuação zero. Entende-se que isso é consequência do fato de se tratar de conceitos normatizados recentemente pelo CPC 01 e ICPC 10 e que têm obrigatoriedade de aplicação estabelecida para o exercício 2010.</p>	<p>Constatou-se na pesquisa realizada por meio de um estudo multicaso, que a empresa com maior atendimento aos critérios do CPC 27 e da ICPC 10 atendeu 89% das questões aplicadas, o que permite dizer que o nível de aplicabilidade do CPC é satisfatório nos <i>softwares</i> analisados. O mesmo ocorre com as demais empresas que atenderam 86% e 82% dos tópicos verificados, respectivamente</p>
<p>Artigo 2: Determinantes Do Nível De Conformidade Das Evidenciações Relativas Ao Cpc 27 Em Empresas Do Novo Mercado Da Bm&Fbovespa</p> <p>Itzhak David Simão Kaveski Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB.</p> <p>Publicado: 02/2015</p> <p><i>Periódicos.Capes/MEC</i> Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC</p>	<p>Verificar o nível de conformidade das evidenciações relativas ao CPC 27 em empresas do Novo Mercado da BM&FBOVESPA</p>	<p>O presente estudo, quanto ao seu objetivo, pode ser caracterizado como uma pesquisa descritiva, foi elaborado um “<i>check list</i>” de acordo com o CPC 27, que dispõe acerca das evidenciações que devem constar em nota explicativa específica, referenciando o imobilizado, e nas notas de práticas contábeis, publicadas pelas empresas</p>	<p>Verificou-se uma relação positiva significativa entre o ativo imobilizado das empresa e o índice de evidenciação, verificado pelos itens correspondentes aos requisitos mencionados no CPC 27. No que tange às variáveis determinantes do processo de evidenciação, verificou-se que “Imobilizado” está positivamente associado à divulgação de informações sobre ativo imobilizado. Já a “Rentabilidade” está negativamente associada à divulgação. Não se verificou associação significativa entre “Endividamento” e “Tamanho” com a divulgação de informações sobre imobilizado.</p>	<p>Inicialmente verificou-se uma média de 59 % dos itens requeridos pelo CPC 27, evidenciados por mais de 50% das companhias constantes da amostra. Nenhuma empresa cumpriu todos os itens requeridos. 16 foi o número máximo obtido por companhia. No tocante às limitações deste estudo, a principal referência se deve à incipiência de pesquisas analisando em específico a evidenciação do grupo de ativos imobilizado. Salienta-se a impossibilidade da generalização dos resultados, visto que a amostra é composta exclusivamente de empresas listadas no segmento do Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBovespa.</p>

<p>Artigo 3: Um Estudo Do Processo De Gerenciamento Das Demandas De Investimentos Em Ativos Imobilizados: O Caso De Uma Empresa De Telecomunicações</p> <p>Graciela Dias Coelho Jones Mestre em Gestão e Estratégia em Negócios pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro –UFRRJ</p> <p>Publicado: 07/2011</p> <p><i>Periódicos.Capes/MEC</i> Revista de Gestão e Projetos - GeP</p>	<p>Analisar o processo de gerenciamento das demandas de investimentos em ativos imobilizados de uma empresa de telecomunicações localizada no estado de Minas Gerais, que presta serviços de telecomunicações em todo o Brasil. Adicionalmente, apresentar os impactos da implementação de um novo fluxo para as solicitações de investimentos</p>	<p>Foi adotada a pesquisa exploratória, que consiste no levantamento de dados no local onde os fenômenos ocorrem, a coleta de dados qualitativa foi realizada por meio de observação participante e de pesquisa à documentação disponibilizada pela organização, através de consulta aos seus sistemas. Posteriormente, foi efetuada a análise dos dados, por meio do levantamento de onze tópicos contemplando os principais pontos críticos apresentados no processo de gerenciamento das demandas de investimentos da empresa, antes das mudanças propostas.</p>	<p>As adequações realizadas no sistema e a implementação do novo fluxo resultaram em muitos benefícios, entre eles podem ser destacados: maior agilidade nas análises, melhor acompanhamento dos investimentos realizados, redução do custo de salários, dinamismo no fluxo de aprovação de investimentos e melhoria na qualidade dos projetos aprovados</p>	<p>Melhorias nos processos e nos sistemas podem gerar benefícios, permitir o acompanhamento e controle dos projetos de investimentos em imobilizado, conduzir à racionalização do uso dos recursos e à identificação e escolha de alternativas mais viáveis. A iniciativa de adequações no processo de gerenciamento das demandas de investimentos pode ser replicada a outras empresas para validar o resultado ora apresentado.</p>
<p>Artigo 4: Comparabilidade da informação contábil em empresas brasileiras após a adoção das normas internacionais de contabilidade</p> <p>Diane Rossi Maximiano Reina Doutoranda em Ciências Contábeis Professora da Universidade Federal de Uberlândia</p> <p>Publicado em: 08/2014</p> <p><i>Periódicos.Capes/MEC</i> Revista Contemporânea de contabilidade</p>	<p>Analisar os níveis de comparabilidade dos relatórios financeiros das empresas que compõem o Índice Brasil 50 - IBrX-50 após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade. É uma pesquisa descritiva, qualitativa e quantitativa, referente aos Pronunciamentos Técnicos CPCs 16, 27, 04 e 38, calculados pelo índice de comparabilidade T Index.</p>	<p>Em relação à abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa e quantitativa. Para a coleta dos dados, elaborou-se um checklist que expressasse as formas de mensuração permitidas no Brasil após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, fez-se uma leitura dos seguintes Pronunciamentos Técnicos, objeto de investigação por esta pesquisa: CPC 16 – Estoques; CPC 27 – Imobilizado; CPC 04 – Ativos Intangíveis e CPC 38 – Instrumentos Financeiros. O período de investigação escolhido foi de 2010 a 2012, por ser, a partir do exercício findo no ano de 2010, a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras consolidadas em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade.</p>	<p>O nível de comparabilidade médio para o CPC 16 Estoque foi de 0,34; CPC 27 Imobilizado 0,9; CPC 04 Intangíveis 0,92; e CPC 38 Instrumentos Financeiros, mantidos para venda 0,15, mensurados por meio do resultado 0,92; empréstimos e contas a receber 0,98; mantidos para venda 0,27 e derivativos 0,58. Nesse contexto, pode-se inferir que os índices médios de comparabilidade são críticos em relação ao método de mensuração e de avaliação dos estoques, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mantidos para venda. Outro fato é que não houve uma evolução nos índices de comparabilidade no período de 2010 a 2012. Na maioria dos índices, as variações não foram significantes.</p>	<p>Nesse sentido, observa-se que a Contabilidade, após a adoção das Normas Internacionais, tem como desafio melhorar os índices de comparabilidade. Para tanto torna-se necessário que as empresas efetuem melhor divulgação em seus demonstrativos financeiros das práticas adotadas para mensuração e avaliação de seus Ativos e Passivos, contribuindo assim para mais transparência e qualidade dos demonstrativos.</p>

<p>Artigo 5: Reconhecimento contábil da degeneração de ativos biológicos para a produção no cultivo de árvores frutíferas</p> <p>Allana Souza Martins Acadêmica do curso de Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia</p> <p>Publicado em 04/2014</p> <p><i>Periódicos.Capes/MEC</i> Revista Contemporânea de contabilidade</p>	<p>Apresenta uma proposta de fluxo contábil da degeneração na fruticultura com base nos procedimentos normatizados pelo CPC 27 e CPC 29, confirmando a possibilidade de mensuração das transformações biológicas nas atividades rurais em acordo com as normas atuais de Contabilidade</p>	<p>O procedimento metodológico adotado nesta pesquisa é o estudo de caso. Como instrumento de coleta de dados foram utilizadas três fontes de evidência que possibilitaram melhor triangulação entre os dados (YIN, 2010). A primeira fonte adotada foram as entrevistas focadas com produtores rurais, que cultivam árvores frutíferas em empreendimentos localizados no Cone Sul do estado de Rondônia. A segunda e a terceira fontes correspondem à observação direta e à análise documental, respectivamente.</p>	<p>O CPC 27 permite a utilização do método de depreciação por unidades produzidas, que resulta em despesa baseada no uso ou produção do ativo, além disso, de acordo com o referido CPC, a entidade deve selecionar o método de depreciação que melhor reflita o consumo dos benefícios futuros incorporados no ativo. Assim, o melhor método a ser utilizado na fruticultura é o de unidades produzidas, pois a produção de frutas não é constante durante todo o ano, o que é devido, principalmente, à influência de mudanças climáticas. Os cuidados que cada produtor rural têm com o cultivo também é um fator que contribui para a variação da produção. partir do modelo proposto de contabilização da degeneração, aplicando o CPC 29, foi possível traçar um comparativo com a contabilização da degeneração do ativo biológico na fruticultura, mensurado a valor de custo, e demonstrar as possíveis formas de reconhecimento da degeneração no cultivo de árvores frutíferas, alcançando o objetivo geral desta pesquisa.</p>	<p>O principal achado da pesquisa é que os modelos de contabilização da degeneração apresentados confirmam que há possibilidade de mensuração e evidenciação das transformações biológicas nas atividades rurais em acordo com as normas atuais de contabilidade. Isso possibilita o uso de informações relevantes para a tomada de decisão e reduz distorções na mensuração do patrimônio da entidade. Essa ideia geral foi transmitida pela pesquisa e remete à possibilidade de replicação dos métodos demonstrados em outros tipos de ativos biológicos, que não sejam os cultivados na fruticultura.</p>
--	--	---	--	---

<p>Artigo 6: A Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Mensuração Subsequente de Ativos Imobilizados, de Ativos Intangíveis e de Propriedades para Investimento em Empresas da América do Sul</p> <p>Fláida Êmine Alves de Souza Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Ciências Contábeis, Uberlândia, MG, Brasil</p> <p>Publicado em: Maio/2016</p> <p>Revista Contabilidade & Finanças</p>	<p>O objetivo central deste estudo é identificar o grau de comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados e de propriedades para investimento (PPI), de companhias abertas do Brasil, do Chile e do Peru</p>	<p>Identificou-se o grau de comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento (PPI) de companhias abertas do Brasil, Chile e Peru, além de averiguar se determinadas características das entidades podem influenciar a escolha dos gestores pelo valor justo. A comparabilidade foi medida por meio do índice T e a identificação das variáveis explicativas foi feita por meio de regressões, no período 2009-2013</p>	<p>Como resultados, constatou-se que para os ativos imobilizados, a comparabilidade internacional aumentou com a adoção das IFRS, mantendo-se crescente ao longo do tempo e alta após a adoção obrigatória das IFRS pelos três países (2012 e 2013), confirmando estudos anteriores (Demaria & Dufour, 2007; Cairns et al., 2011; Taplin et al., 2011; Christensen & Nikolaev, 2013) de que as entidades têm se tornado cada vez mais conservadoras em relação à mensuração subsequente de seus ativos imobilizados.</p>	<p>No Brasil, a postura conservadora pode ser justificada principalmente pela influência da legislação local, pois foi vedado o uso do valor justo para mensuração subsequente de ativos imobilizados. No Chile, constatou-se maior preferência pelo método do custo histórico, apesar da possibilidade de adoção do método do valor justo. No Peru, apesar de parte das companhias abertas ter optado pelo método do valor justo antes da adoção obrigatória das IFRS, após sua adoção a maioria das entidades passou a empregar o método do custo histórico, tornando-se, em consequência, mais conservadoras.</p>
<p>Artigo 7: Análise Do Conteúdo Informacional Dos Investimentos Em Ativos Imobilizados: Um Estudo De Eventos Em Empresas Negociadas Na Bovespa</p> <p>Ricardo Luiz Wust Correa De Lyra Doutorando Em Contabilidade Pela Fea/Usp</p> <p>Publicado Em: Maio/2007</p> <p>Revista Universo Contábil</p>	<p>Verificar se existem evidências estatísticas do impacto das decisões de investimento no ativo imobilizado das empresas nos preços de suas ações no mercado de capitais.</p>	<p>Trata-se de um estudo exploratório <i>ex post facto</i>, em que as variações do ativo imobilizado foram consideradas como decisões de investimento e o evento considerado é a data de divulgação das demonstrações contábeis trimestrais no <i>site</i> da CVM</p>	<p>Os resultados calculados indicam uma reação do mercado devido à divulgação das demonstrações financeiras. Os retornos anormais apresentam valores estatisticamente significativos concentrados principalmente após o evento no segundo e terceiro dias. Contudo, é preciso cautela quanto a tendências a respeito dessas considerações, uma vez que se referem às ações das empresas que participam da amostra e ao período do estudo. Não se pode, pois, afirmar categoricamente que foram os investimentos em ativo imobilizado que afetaram o preço das ações negociadas na BOVESPA. Pois, outros fatores como o lucro e a distribuição de dividendos podem ter contribuído para ajustes do mercado nas ações.</p>	<p>Os resultados obtidos indicaram uma relação entre as variações do ativo imobilizado e o preço da ação no mercado de capitais. O que permite inferir que a divulgação de demonstrações contábeis é um evento relevante para o mercado de capitais nacional. Finalmente, apesar dessas limitações, este estudo comprova a existência de conteúdo informativo ao mercado nas demonstrações contábeis publicadas, uma vez que se constatou, na amostra pesquisada, que houve ajustes nos preços das ações da amostra pesquisada após a divulgação das demonstrações contábeis.</p>

<p>Artigo 8: Processo De Reconhecimento E Mensuração Do Ativo Imobilizado No Setor Público Face Aos Padrões Contábeis Internacionais: Um Estudo De Caso Na Anatel</p>	<p>Analisar o processo de reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, por meio de estudo comparativo segundo o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCASP), no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e nas <i>International Public Sector Accounting Standards</i> (IPSAS); e de estudo de caso na Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).</p>	<p>Estudo comparativo segundo o disposto nas NBCASP, no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e na <i>International Public Sector Accounting Standard</i> (IPSAS) 17 – Property, plant and equipment e (2) estudo de caso na Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), com a utilização de dados e registros constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) relativos aos exercícios de 2009, 2010 e 2011</p>	<p>Relativamente à prática contábil no âmbito do Setor Público brasileiro, o estudo de caso realizado na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) mostrou que a Agência ainda encontra-se em processo de adaptação aos novos padrões contábeis internacionais, já aplicando e executando a depreciação dos bens adquiridos nos exercícios correntes com razoável grau de aderência aos normativos, respeitando os parâmetros e disposições emanadas no que tange aos ativos adquiridos a partir de 2010. Contudo, verifica-se que ainda não são executados (estando ainda em fase de estudos e adequação) os procedimentos de reavaliação e redução ao valor recuperável, necessários para que se possa aplicar o processo de depreciação para os bens do ativo imobilizado adquiridos antes desse período.</p>	<p>Sugere-se que os órgãos e autarquias públicas se atenham aos dispositivos trazidos por esses normativos, procurando estudá-los e propondo melhorias aos órgãos elaboradores, não se limitando simplesmente a cumprir as determinações e prazos constantes nos manuais. Como os procedimentos são relativamente recentes, é importante a participação dos próprios órgãos executores nesse processo de alteração.</p>
---	---	--	--	---

Tabela 1: Resumo dos artigos encontrados com base em Março de 2018

Todos os estudos selecionados foram publicados de Maio de 2007 a Maio de 2016, quanto a titulação, os estudos são predominantemente escritos por Bacharéis, mestres e doutores.

Dentre as universidades observamos dois estudos da FURB- Universidade Regional de Blumenau e dois da Universidade Federal de Uberlândia o que coloca os estados de Santa Catarina e Minas Gerais como os que mais contribuíram com este estudo, analisando por região observamos a predominância de estudos da Região Sudeste com quatro artigos, a região Sul vem em seguida com dois artigos e as regiões Norte e Centro Oeste possuíram apenas uma produção.

5 | DISCUSSÃO

Ao comparar os estudos publicados quanto a localização geográfica a predominância de estudos da Região Sudeste corrobora com o estudo de Sinode *et al.* (2016), que coloca que no Brasil, se verifica enorme heterogeneidade espacial das atividades de pesquisa científica, onde o padrão regional da distribuição das publicações e dos pesquisadores é altamente concentrado na região Sudeste, com

destaque às capitais dos estados.

Entre os artigos selecionados, os principais objetivos apresentados atentam para o mercado de capitais, todos buscam analisar os níveis de comparabilidade ou conformidade entre um grupo de empresas do mercado de capitais e uma parte do CPC ou do Ativo Imobilizado, são eles os artigos 2,4,6 e 7.

O artigo 2, busca analisar o nível de conformidade das evidenciações do CPC 27 em empresas do Novo Mercado da BM&FBOVESPA já o Artigo 4 analisa a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (especificamente os CPCs 16,27,04 e 38) em empresas do IBrX 50 que é o indicador de desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. O artigo 6 também busca identificar o grau de comparabilidade ativos imobilizados de ativos intangíveis mas a pesquisa é realizada em companhias de capital aberto no Brasil, Chile e Peru e o artigo 7 busca verificar se existem evidências estatísticas do impacto das decisões de investimento no ativo imobilizado nos preços das ações de empresas no mercado de capitais.

Quanto aos objetivos dos estudos os artigos 3 e 8, apresentam estudos de caso do ramo de telecomunicações e fazem um paralelo com a nova legislação vigente, um observando a implantação de um novo fluxo para a solicitação de investimentos em uma empresa de Telecomunicações não especificada e outro pesquisando nos registros da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) de 2009 a 2011 o nível de adaptação daquela organização novos padrões contábeis internacionais.

O artigo 1 buscou analisar se os softwares de controle patrimonial atendem aos preceitos do CPC 27 e da ICPC 10 já o artigo 5 buscou saber se a mensuração das transformações biológicas nas atividades rurais estão de acordo com as normas atuais de Contabilidade e com os CPCs 27 e 29.

Quanto aos aspectos metodológicos, observou-se destaque da utilização da abordagem qualitativa. Em relação ao tipo de estudo eles são majoritariamente exploratório ou descritivos (5), um (1) estudo de caso e um (2) comparativos.

Em relação aos tipos de estudos, cabe explicitar que os exploratórios permitem ao pesquisador aumentar sua experiência em torno de um determinado problema, a partir da busca de maior conhecimento a seu respeito, e os de caráter descritivo tem como objetivo descrever com maior exatidão fatos e fenômenos de uma determinada realidade (LEOPARDI, 2002).

Já o estudo de caso, é uma modalidade de investigação empírica mais abrangente, que se estrutura por meio da lógica do planejamento, da coleta e da análise dos dados visando obter maior conhecimento de um fenômeno estudado. Pode ter foco em uma unidade – um indivíduo (caso único e singular, como o caso clínico) ou múltiplo, nos quais vários estudos são conduzidos simultaneamente, como por exemplo: vários indivíduos ou várias organizações (YIN, 2006).

Dentre os resultados e conclusões dos quatro estudos que buscavam comparabilidade ou conformidade (2,4,6 e 7) entre para o mercado de capitais e o

CPC, verificou-se no estudo 2 uma relação positiva significativa entre o ativo imobilizado das empresas e o índice de evidenciação, verificado pelos itens correspondentes aos requisitos mencionados no CPC 27 entretanto o Artigo 4 avaliando à mensuração dos estoques, coloca que 31% das empresas não divulgam os métodos utilizados, nesse contexto, pode-se inferir que os índices médios de comparabilidade são críticos em relação ao método de mensuração e de avaliação dos estoques, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mantidos para venda. Já o artigo 6 constata que para os ativos imobilizados, a comparabilidade internacional aumentou com a adoção das IFRS, mantendo-se crescente ao longo do tempo e alta após a adoção obrigatória das IFRS pelos três países (2012 e 2013), confirmando estudos anteriores.

Os resultados encontrados vão de encontro ao estudo de Junior (2015), que coloca que durante os seis anos (2008 e até 2013) de obrigatoriedade do IFRS vêm havendo uma diminuição no caso de ocorrências de não conformidade. E que as 15 empresas analisadas naquele estudo não foram reincidentes na reconstrução de suas demonstrações financeiras.

Antunes (2015), coloca em seu estudo que a convergência às normas internacionais iniciado em 2008, mas com obrigatoriedade de adoção e divulgação a partir das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2010, não se deu de forma tão traumática, como muitos previram, mas podemos assumir que está consumindo bastante energia dos contadores e dos órgãos reguladores, visto que a aplicação dos pronunciamentos requer a adaptação à realidade das empresas. Assim, é lícito supor que muitos profissionais ainda possam estar encontrando dificuldades para interpretar e aplicar os pronunciamentos, resultando na divulgação de balanços cuja comparabilidade possa estar comprometida, conforme tem relatado a imprensa especializada.

No artigo 7 os resultados calculados indicam uma reação do mercado devido à divulgação das demonstrações financeiras, entretanto não se pode, pois, afirmar categoricamente que foram os investimentos em ativo imobilizado que afetaram o preço das ações negociadas na Bovespa pois, outros fatores podem ter contribuído para a alteração deste índice.

Outro aspecto ressaltado por Junior (2015) e que pode ter influencia neste estudo é uma provável dificuldade de interpretação dos CPC. Todavia, é eminente que esse problema deve ter sido tratado no período das publicações, uma vez que observa-se que as empresas pesquisadas pela autor não foram reincidentes em seus relatórios e o último ano do seu estudo apresentar um número de exigência para republicações inferior ao ano de 2008, cuja Lei 11.638/07 entrou em vigor.

Dentre os resultados dos demais estudos o estudo 1 mostrou que de modo geral, é possível considerar que o atendimento aos quesitos do CPC 27 e da ICPC 10 é satisfatório quando consideramos conformidade dos softwares de controle patrimonial.

Os dois artigos que apresentaram estudos de caso (3 e 8), observamos no artigo 3 que os investimentos na forma de aquisição acompanhamento e controle em ativos

imobilizados puderam garantir o suprimento das necessidades das empresas, para a continuidade do seu funcionamento, evitando dispêndios elevados de recursos, o que mostra a importância e a obrigação de um gerenciamento criterioso da sua execução.

Já o artigo 8 que buscou verificar a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade na Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) mostrou que a mesma encontra-se ainda em processo de adaptação aos novos padrões contábeis internacionais, já aplicando e executando a depreciação dos bens adquiridos nos exercícios correntes com razoável grau de aderência aos normativos, respeitando os parâmetros e disposições emanadas no que tange aos ativos adquiridos a partir de 2010 entretanto como os procedimentos são relativamente recentes, é importante a participação dos próprios órgãos executores nesse processo de alteração

Antunes (2015), coloca em seu estudo que a convergência às normas internacionais iniciado em 2008, mas com obrigatoriedade de adoção e divulgação a partir das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2010, não se deu de forma tão traumática, como muitos previram, mas podemos assumir que está consumindo bastante energia dos contadores e dos órgãos reguladores, visto que a aplicação dos pronunciamentos requer a adaptação à realidade das empresas. Assim, é lícito supor que muitos profissionais ainda possam estar encontrando dificuldades para interpretar e aplicar os pronunciamentos, resultando na divulgação de balanços cuja comparabilidade possa estar comprometida, conforme tem relatado a imprensa especializada.

Por fim, o artigo 5 que buscava apresentar uma proposta de fluxo contábil da degeneração na fruticultura mostrou que o melhor método a ser utilizado na fruticultura é o de unidades produzidas possibilita o uso de informações relevantes para a tomada de decisão e reduz distorções na mensuração do patrimônio da entidade.

O CPC 27 coloca que algumas situações acerca da necessidade de substituição/ reparos considerados ou não como melhorias ao ativo. “Os gastos de manutenção e reparos são os incorridos para manter ou recolocar os ativos em condições de uso, sem com isso aumentar sua capacidade de produção ou período de vida útil.” (IUDÍCIBUS, 2010)

Segundo Marion (2009), “Através de uma reforma ou substituição de partes do bem que contribua para o aumento da vida útil ou da capacidade produtiva há a ocorrência de melhoria no Ativo Imobilizado”. O entendimento da questão “melhoria” está relacionado especifica e intrinsecamente à questão de prolongamento da vida útil-econômica, ou trazer aumento da capacidade de produção, ou até mesmo uma redução nos custos de produção.

O presente estudo identificou artigos científicos publicados em revistas nacionais que identificaram alguns dos questionamentos realizados por profissionais contábeis no Brasil, entretanto o CPC 27 trouxe consigo varias mudanças relevantes a contabilidade mas os estudos apresentados são ainda insuficientes para discutir o tema com a profundidade que o mesmo requer.

Dessa forma, observamos que existe a necessidade de uma mudança profunda em toda sua estrutura, desde a desburocratização das políticas de produção de material científico até um maior volume de investimentos em pesquisas científicas por parte das instituições de ensino, visando principalmente à promoção do conhecimento e gerando diretamente o crescimento do profissional contábil.

6 | CONCLUSÕES

Este estudo possibilitou identificar, em forma de síntese das informações disponíveis, os principais questionamentos dos profissionais contábeis quanto ao Ativo Imobilizado e o CPC27. Apesar do pequeno número de artigos divulgados nas principais bases de dados e revistas nacionais, os resultados obtidos nas pesquisas realizadas contribuem, sobremaneira, com o avanço do conhecimento científico e como incentivo para a realização de novas pesquisas.

No tocante às limitações deste estudo, a principal referência se deve à incipiência de pesquisas analisando em específico a evidenciação do grupo de ativos imobilizado e o pouco tempo para produção deste estudo. Salienta-se a impossibilidade da generalização dos resultados, tendo em vista que a pequena amostra encontrada. Recomenda-se para trabalhos futuros a ampliação do universo de pesquisa, visto que uma nova amostra permitirá a utilização deste estudo para fins de comparabilidade dos resultados. Outra recomendação diz respeito à utilização de novas bases dados e revistas além de pesquisas envolvendo amostras de empresas internacionais.

Como colocou Szuster (2015) em seu estudo, a complexidade e abrangência devem ser fatores de estímulo para nossa atuação. O mundo acadêmico deve, de forma contínua, avaliar sua atuação e verificar como pode ser a grande força motriz para o aprimoramento da Contabilidade e como produzir efeito no campo prático, com pesquisas artigos e produções científica em geral. Novamente, reiteramos a necessidade de ser estimulada a integração com o mundo profissional, considerando a grande evolução ocorrida nestes últimos anos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M.T.P. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de economia e relações internacionais**. Vol. 10, nº 20, janeiro 2012. São Paulo: 2015 disponível em: <http://www.fAAP.br/pdf/faculdades/economia/revistas/ciencias-economicas/revista_economia_20.pdf> Acesso em: 25 de novembro de 2017.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro**. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Lei 11.638, 28 de dezembro de 2007. Planalto Federal. **Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>

acesso em: 24 de Novembro de 2017.

BÚRIGO, A.D.P; Avaliação contábil do ativo imobilizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 27: Estudo de caso em uma empresa do ramo metalúrgico. **Repositório Institucional da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010**. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/2103/1/Andr%C3%A9ia%20Dal%20Pont%20B%C3%BArigo.pdf>> Acesso em: 22 de novembro de 2017.

CARDOSO, L. C.; SOUZA, M. A.; ALMEIDA, L. B. Perfil do contador na atualidade: um estudo exploratório. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, :V-3 N° 3,275-284, setembro/dezembro 2006 2006

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 27: ativo imobilizado**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=58>> Acesso em: 23 de novembro de 2017.

CUNHA, P. R.; PAMPLONA, S.; BEUREN, I. M.; KLANN, R. C. Conformidade dos *softwares* de controle patrimonial aos preceitos do CPC 27 e ICPC 10. **GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Bauru, Ano 9, n° 2, abr-jun/2014, p. 101-119

IUDICIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**, 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDÍCIBUS, S.et al. **Manual de Contabilidade Societária**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JONES, G.D.C; TERUEL, E.L; Um estudo do processo de gerenciamento das demandas de investimentos em ativos imobilizados: o caso de uma empresa de Telecomunicações. **Revista de Gestão e Projetos – GeP** São Paulo, v. 2, n. 2, p 53-76, jul./dez. 2011 disponível em: <http://cont.aedb.br/seget/artigos10/240_MODELO2010-Seget-VersaoFinal.pdf> Acesso em: 23 de novembro de 2017.

JUNIOR,I.J.N; OREIRA,S.A.; ANTANA,S.S; IAS,N.S. **Normas Internacionais de Contabilidade: Análise de Ocorrências de não Conformidade de Empresas, a partir de Relatórios da Comissão de Valores Mobiliários**. Congresso de contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina; Santa Catarina : 2015 disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/6CCF/77_15.pdf> Acesso em: 25 de novembro de 2017.

KAVESKI,I.D.S; CARPES,A;KLANN, C.K. Determinantes Do Nível De Conformidade Das Evidenciações Relativas Ao Cpc 27 Em Empresas Do Novo Mercado Da Bm&Fbovespa. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC** Florianópolis, v. 14, n. 41, p. 33-45, jan./abr. 2015 disponível em: <revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/download/2046/1834> Acesso em: 23 de novembro de 2017.

LEOPARDI ,MT. Alguns aspectos da pesquisa quantitativa. **Metodologia da Pesquisa na Saúde. Florianópolis: UFSC/Pós-Graduação em Enfermagem**, 2002. p.181-191.

LOPES A.L.M; FRACOLLI L.A. Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem. **Texto & Contexto Enferm**. Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400020> Acesso em: 23 de novembro de 2017.

LYRA,R.L.W.C; OLINQUECICH,J.L.;Análise do conteúdo informacional dos investimentos em ativos imobilizados: um estudo de eventos em empresas negociadas na Bovespa. Blumenau, **Revista Universo Contábil**. 3, n. 2, p. 39-53 maio/ago. 2007. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/217> acesso em: 23 de novembro de 2017

MARINS, A.S; OLIVEIRA, D.L; Reconhecimento contábil da degeneração de ativos biológicos para a produção no cultivo de árvores frutíferas **Revista Contabilidade & Finanças**, vol. 11, núm. 22, jan/abril, 2014, pp. 73-94 disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/>

view/2175-8069.2014v11n22p73> acesso em: 23 de novembro de 2017

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REINA, D.R.M.R; REINA,D;SILVA,S.F. Comparabilidade da informação contábil em empresas brasileiras após a Adoção das normas internacionais de contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. Florianópolis, v. 11, n. 23, p. 77-94 mai./ago. 2014 disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2014v11n23p77>> Acesso em: 23 de novembro de 2017.

SIDONE ,O.J.G; HADDAD, J.P., MENA_CHALCO J.P. **A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica** Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v28n1/0103-3786-tinf-28-01-00015.pdf> Acesso em: 25 de novembro de 2017, Campinas : 2016

SOUZA,F.E.A;LEMES,S. A comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento em empresas da América do sul. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo, v. 27, n. 71, p. 169-184, mai./jun./jul./ago. 2016 disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/117296/114926>> acesso em: 23 de novembro de 2017

SZUSTE,N; Temos do que nos orgulhar na Contabilidade brasileira. **Revista Contabilidade & Finanças**, vol.26 no. 68 São Paulo May/Aug. 2015 disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772015000200121&script=sci_arttext&lng=pt> acesso em: 23 de novembro de 2017.

YIN R.K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman; 2006.

SOBRE O ORGANIZADOR

JORGE SOISTAK Mestre em gestão de Cooperativas pela PUC-PR, pós-graduado em gestão e Auditoria de Negócios pela Unicentro e Marketing pela Universidade Positivo. Graduado em Ciências Contábeis pela UEPG e Administração pela Unicesumar. Professor universitário com atuação nas áreas de empreendedorismo, gestão da qualidade, gerenciamento de projetos, planejamento tributário, contabilidade gerencial, financeira e estratégica. As atividades profissionais contemplam atuação nas áreas de gestão administrativa, financeira, responsabilidade social e gerenciamento de projetos. Principais habilidades voltadas a negociação, revisão e mapeamento de processos, gestão de custos e visão sistêmica. Atualmente professor e gestor hospitalar com ampla experiência em cooperativismo do ramo saúde.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-361-3

